

O ENSINO RELIGIOSO: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO, FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E DESAFIOS

RELIGIOUS EDUCATION: HISTORY, LEGISLATION, TRAINING, EVOLUTION, AND CHALLENGES

LA EDUCACIÓN RELIGIOSA: HISTORIA, LEGISLACIÓN, FORMACIÓN, EVOLUCIÓN Y DESAFÍOS

Francisco Nivaldo Araujo Gomes¹

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo geral analisar o ensino religioso no contexto educacional brasileiro, considerando sua trajetória histórica, os marcos legais que o regulamentam, sua inserção nas políticas educacionais, os processos de formação docente e os desafios contemporâneos associados à laicidade, ao pluralismo religioso e à inclusão. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e analítica, fundamentada em artigos científicos, documentos normativos e produções acadêmicas relevantes publicadas principalmente entre 2010 e 2024. A discussão evidenciou que, embora o ensino religioso esteja amparado por dispositivos legais e diretrizes curriculares que defendem uma perspectiva laica e plural, sua implementação prática ainda apresenta ambiguidades, especialmente no que se refere à identidade pedagógica da disciplina e à formação inicial e continuada dos docentes. Observou-se que fragilidades formativas e disputas políticas interferem diretamente na efetivação de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios democráticos. Conclui-se que o ensino religioso possui potencial significativo para contribuir com a formação ética, o diálogo intercultural e a promoção da cultura de paz, desde que sustentado por políticas públicas coerentes, formação docente qualificada e práticas pedagógicas não confessionais, respeitosas à diversidade religiosa.

Palavras-chave: Ensino religioso. Políticas educacionais. Laicidade.

ABSTRACT: The general objective of this study was to analyze Religious Education within the Brazilian educational context, considering its historical development, legal frameworks, integration into educational policies, teacher training processes, and contemporary challenges related to secularism, religious pluralism, and inclusion. The methodology consisted of a qualitative bibliographic review with a descriptive and analytical approach, based on scientific articles, normative documents, and relevant academic publications mainly published between 2010 and 2024. The discussion revealed that, although Religious Education is supported by legal provisions and curricular guidelines that advocate for a secular and plural perspective, its practical implementation still presents ambiguities, particularly regarding the pedagogical identity of the discipline and the initial and continuing education of teachers. The findings indicate that gaps in teacher training and political disputes directly affect the consolidation of democratic and inclusive pedagogical practices. It is concluded that Religious Education holds significant potential to promote ethical education, intercultural dialogue, and a culture of peace, provided it is grounded in consistent public policies, qualified teacher education, and non-confessional pedagogical practices that respect religious diversity.

Keywords: Religious Education. Educational Policies. Secularism.

¹Doutorando em Ciências das Religiões, FUV - Faculdade Unida de Vitória.

RESUMEN: El presente estudio tuvo como objetivo general analizar la educación religiosa en el contexto educativo brasileño, considerando su trayectoria histórica, los marcos legales que la regulan, su inserción en las políticas educativas, los procesos de formación docente y los desafíos contemporáneos relacionados con la laicidad, el pluralismo religioso y la inclusión. La metodología empleada consistió en una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo, con carácter descriptivo y analítico, basada en artículos científicos, documentos normativos y producciones académicas relevantes publicadas principalmente entre 2010 y 2024. La discusión evidenció que, aunque la educación religiosa está respaldada por disposiciones legales y directrices curriculares que defienden una perspectiva laica y plural, su implementación práctica aún presenta ambigüedades, especialmente en lo que respecta a la identidad pedagógica de la asignatura y a la formación inicial y continua del profesorado. Se concluye que la educación religiosa posee un importante potencial para contribuir a la formación ética, al diálogo intercultural y a la promoción de una cultura de paz, siempre que esté sustentada en políticas públicas coherentes, formación docente adecuada y prácticas pedagógicas no confesionales, respetuosas de la diversidad religiosa.

Palabras clave: Educación religiosa. Políticas educativas. Laicidad.

INTRODUÇÃO

A educação religiosa tem ocupado, ao longo da história, um papel relevante na formação cultural, ética e social dos indivíduos, estando presente de diferentes formas nos sistemas educacionais. Inicialmente marcada por um caráter confessional e doutrinário, essa área do conhecimento passou por significativas transformações ao longo do tempo, especialmente em contextos de Estados laicos e democráticos, nos quais se buscou conciliar o respeito à diversidade religiosa, à liberdade de crença e à separação entre Estado e religião.

Nesse cenário, o ensino religioso passou a assumir uma perspectiva pedagógica mais plural, fundamentada em marcos legais específicos, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados à sua implementação, à formação docente e à adequação curricular diante da complexidade sociocultural contemporânea.

O objetivo geral deste estudo é analisar o ensino religioso considerando sua trajetória histórica, os dispositivos legais que orientam sua oferta, os processos de formação de professores, sua evolução ao longo do tempo e os desafios atuais no contexto educacional. De forma específica, busca-se compreender o desenvolvimento histórico do ensino religioso, examinar a legislação que regulamenta sua presença nos sistemas de ensino e analisar os principais desafios relacionados à formação docente e às práticas pedagógicas adotadas em contextos marcados pela diversidade religiosa e cultural.

A realização deste estudo justifica-se pela importância do ensino religioso na promoção do diálogo, do respeito à diversidade e da reflexão ética no ambiente escolar. A compreensão

de seus fundamentos históricos e legais contribui para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e alinhadas aos princípios democráticos. Além disso, ao problematizar os desafios relacionados à formação de professores e à efetivação do ensino religioso nas escolas, o estudo oferece subsídios teóricos relevantes para o aprimoramento das políticas educacionais e para a qualificação do processo educativo como um todo.

A educação religiosa tem ocupado, ao longo da história, um papel relevante na formação cultural, ética e social dos indivíduos, estando presente de diferentes formas nos sistemas educacionais. Inicialmente marcada por um caráter confessional e doutrinário, essa área do conhecimento passou por significativas transformações ao longo do tempo, especialmente em contextos de Estados laicos e democráticos, nos quais se buscou conciliar o respeito à diversidade religiosa, à liberdade de crença e à separação entre Estado e religião. Nesse cenário, o ensino religioso passou a assumir uma perspectiva pedagógica mais plural, fundamentada em marcos legais específicos, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados à sua implementação, à formação docente e à adequação curricular diante da complexidade sociocultural contemporânea.

O objetivo geral deste estudo é analisar o ensino religioso considerando sua trajetória histórica, os dispositivos legais que orientam sua oferta, os processos de formação de professores, sua evolução ao longo do tempo e os desafios atuais no contexto educacional. De forma específica, busca-se compreender o desenvolvimento histórico do ensino religioso, examinar a legislação que regulamenta sua presença nos sistemas de ensino e analisar os principais desafios relacionados à formação docente e às práticas pedagógicas adotadas em contextos marcados pela diversidade religiosa e cultural.

A realização deste estudo justifica-se pela importância do ensino religioso na promoção do diálogo, do respeito à diversidade e da reflexão ética no ambiente escolar. A compreensão de seus fundamentos históricos e legais contribui para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e alinhadas aos princípios democráticos. Além disso, ao problematizar os desafios relacionados à formação de professores e à efetivação do ensino religioso nas escolas, o estudo oferece subsídios teóricos relevantes para o aprimoramento das políticas educacionais e para a qualificação do processo educativo como um todo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trajetória Histórica do Ensino Religioso

O ensino religioso surge historicamente vinculado às instituições confessionais, especialmente no contexto da consolidação dos sistemas educacionais ocidentais, nos quais Igreja e Estado atuavam de forma articulada. No Brasil, esse vínculo se fortaleceu durante o período colonial, quando a educação formal esteve majoritariamente sob responsabilidade da Igreja Católica, assumindo função catequética e disciplinadora da vida social, conforme analisam Cecchetti e Santos (2016).

Essa configuração inicial conferiu ao ensino religioso um caráter normativo e moralizante, orientado pela transmissão de dogmas e valores cristãos, com pouca abertura ao questionamento ou à diversidade de crenças. Em certa medida, tal modelo contribuiu para a construção de uma identidade nacional marcada por referenciais religiosos específicos, ao mesmo tempo em que excluiu outras matrizes culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira.

Giumbelli (2011) observa que, mesmo após mudanças institucionais, a herança confessional permaneceu influenciando práticas escolares, sobretudo por meio da confusão entre ensino religioso e assistência religiosa. Essa sobreposição dificultou a delimitação pedagógica da área, mantendo-a, por longo período, afastada de critérios científicos e educacionais mais amplos.

Ao analisar as disputas históricas em torno do ensino religioso, Cecchetti e Santos (2016) demonstram que sua permanência nos currículos escolares não ocorreu de forma linear, mas como resultado de alianças políticas e institucionais. Em determinados momentos, o ensino religioso foi reforçado como instrumento de coesão social; em outros, foi questionado por sua incompatibilidade com princípios republicanos emergentes.

A constituição do Estado brasileiro ao longo do século XIX introduziu tensões entre tradição religiosa e ideais de secularização. Rodrigues (2013) aponta que, embora o discurso da laicidade tenha ganhado espaço jurídico, sua efetivação prática ocorreu de forma gradual e contraditória, permitindo a continuidade de práticas confessionais no interior da escola pública.

Nesse contexto, o ensino religioso manteve-se como espaço de disputa simbólica, refletindo projetos distintos de sociedade. Cunha (2013) destaca que a ausência de um sistema nacional de educação sólido contribuiu para interpretações divergentes sobre o papel dessa disciplina, reforçando desigualdades regionais e institucionais.

Parcialmente, a permanência do ensino religioso no currículo também se explica por sua função social de mediação de valores e normas. Contudo, essa função foi historicamente construída a partir de uma perspectiva homogênea de religião, pouco sensível às transformações culturais e à pluralidade religiosa da população brasileira.

Assim, a origem do ensino religioso nos sistemas educacionais revela não apenas uma prática pedagógica, mas um campo de disputas históricas, políticas e culturais. Compreender esse percurso é fundamental para problematizar seus sentidos atuais e evitar a reprodução acrítica de modelos herdados de contextos confessionais.

A partir do século XX, especialmente com o fortalecimento do Estado laico, o ensino religioso passou por um processo de reconfiguração conceitual e pedagógica. Essa transformação não implicou sua exclusão dos sistemas educacionais, mas exigiu a revisão de seus fundamentos, deslocando-o progressivamente de uma lógica confessional para uma abordagem educativa mais reflexiva e plural, como destaca Junqueira (2015).

Esse movimento esteve associado à incorporação das Ciências da Religião como campo de referência teórica. Ao defender o ensino religioso como área de conhecimento, Junqueira (2015) argumenta que a disciplina passa a se estruturar a partir de métodos científicos, análise crítica dos fenômenos religiosos e reconhecimento da diversidade cultural, superando a catequese escolar.

5

Barbosa (2013) corrobora essa perspectiva ao demonstrar que experiências de ensino religioso não confessional vêm sendo desenvolvidas com base no diálogo inter-religioso e no respeito às múltiplas tradições de fé. Ainda assim, o autor reconhece que tais práticas convivem com resistências institucionais e interpretações conservadoras.

Em certa medida, as transformações do ensino religioso também respondem às mudanças sociais mais amplas, como o aumento da diversidade religiosa e o fortalecimento de discursos sobre direitos humanos. Martins (1970/2017) enfatiza que a laicidade não implica negação da religião, mas a garantia de igualdade de tratamento entre crenças no espaço público.

Apesar desses avanços teóricos, Martins (2015) evidencia que práticas proselitistas ainda persistem em contextos escolares, revelando uma distância entre o discurso pluralista e a realidade da sala de aula. Tal contradição indica limites na formação docente e na implementação efetiva das diretrizes pedagógicas.

Junqueira e Rodrigues (2010) argumentam que a identidade do ensino religioso permanece em construção, situada entre a exigência da laicidade e a pressão de grupos religiosos

organizados. Essa tensão produz ambiguidades curriculares e metodológicas que impactam diretamente a prática docente.

A consolidação de abordagens não confessionais exige, portanto, não apenas mudanças normativas, mas também transformações culturais no interior das instituições escolares. Mendes (2019) ressalta que a distinção entre ensino religioso, pastoral e catequese ainda não é plenamente compreendida por muitos profissionais da educação.

Dessa forma, as transformações do ensino religioso ao longo do tempo revelam avanços significativos, mas também desafios persistentes. A transição para modelos pluralistas permanece incompleta, demandando reflexão crítica, investimento formativo e coerência entre fundamentos teóricos e práticas pedagógicas.

Legislação e Normativas Do Ensino Religioso

A regulamentação do ensino religioso no Brasil está diretamente vinculada ao princípio constitucional da laicidade do Estado, que estabelece a separação entre instituições religiosas e o poder público. Rodrigues (2013) destaca que esse princípio não elimina a presença da religião no espaço público, mas redefine seus limites e formas de atuação.

No âmbito educacional, a legislação buscou conciliar a oferta do ensino religioso com a garantia da liberdade de crença. Cunha (2013) analisa criticamente esse processo, apontando que a ausência de diretrizes nacionais claras contribuiu para interpretações divergentes sobre o caráter da disciplina nos sistemas públicos de ensino.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceram o ensino religioso como componente facultativo, o que, em certa medida, reforça sua singularidade curricular. Contudo, essa facultatividade não eliminou disputas sobre conteúdos, metodologias e critérios de contratação docente.

Cecchetti e Santos (2016) argumentam que os marcos legais refletem compromissos políticos mais amplos, nos quais o ensino religioso se torna objeto de negociação entre Estado, grupos religiosos e sociedade civil. Essa dinâmica explica a coexistência de modelos confessionais e não confessionais em diferentes redes de ensino.

A inserção do ensino religioso nas políticas educacionais contemporâneas também dialoga com debates curriculares mais amplos. Embora não central, Marques, Pegoraro e Silva (2019) ajudam a compreender como movimentos legais e políticos influenciam a definição de

componentes curriculares, inclusive no que se refere à normatização de áreas sensíveis como o ensino religioso.

Selles, Dorvillé e Pontual (2016) problematizam os efeitos dessa regulamentação ao analisar a relação entre ensino religioso e outras áreas do conhecimento, evidenciando conflitos epistemológicos e pedagógicos no cotidiano escolar. Tais conflitos indicam fragilidades na articulação entre legislação e prática.

A legislação, portanto, estabelece parâmetros gerais, mas não garante, por si só, a efetivação de um ensino religioso coerente com os princípios da laicidade e do pluralismo. A interpretação local das normas frequentemente reintroduz elementos confessionais sob justificativas culturais ou tradicionais.

Assim, o estudo dos marcos legais do ensino religioso revela um campo normativo marcado por avanços formais e ambiguidades práticas. A consolidação de uma proposta verdadeiramente laica e plural depende do alinhamento entre legislação, formação docente e compromisso institucional com os direitos fundamentais.

A inserção do ensino religioso nas políticas educacionais brasileiras tem sido historicamente marcada por tensões entre princípios laicos e demandas de grupos religiosos organizados. Santos e Soares (2019) apontam que, no contexto contemporâneo, essa disciplina passou a ser objeto de disputas políticas que extrapolam o campo pedagógico, refletindo projetos distintos de sociedade e de educação.

Com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular, o ensino religioso passou a ocupar um espaço normativo mais definido, embora não isento de controvérsias. Cunha (2016a) analisa criticamente a entronização do componente na BNCC, destacando que, apesar do discurso pluralista, persistem ambiguidades quanto à sua abordagem epistemológica e metodológica.

Brasil (2023) observa que a transição da confessionalidade para a laicidade no ensino religioso ocorreu de forma parcial, uma vez que as políticas públicas não conseguiram eliminar completamente práticas e discursos de matriz confessional nos sistemas de ensino. Essa permanência revela limites na capacidade regulatória do Estado frente a interesses religiosos historicamente consolidados.

A articulação entre ensino religioso e políticas de educação integral também tem ampliado o debate sobre sua função social. Brasil (2022) argumenta que, sob determinadas

condições, o ensino religioso pode contribuir para a formação integral dos estudantes, desde que orientado por princípios de diversidade, direitos humanos e diálogo intercultural.

Entretanto, Santos e Soares (2019) alertam que a ausência de diretrizes nacionais mais precisas favorece interpretações locais divergentes, produzindo desigualdades na implementação da disciplina entre redes e territórios. Essa fragmentação compromete a coerência das políticas educacionais e fragiliza o caráter público do ensino religioso.

A laicidade, enquanto princípio estruturante das políticas educacionais, também se configura como objeto de disputa simbólica. Sepulveda (2019) destaca que o conceito de laicidade é frequentemente reinterpretado no debate público, ora como neutralidade absoluta, ora como permissividade institucional à religião.

Nesse cenário, a atuação do Estado revela-se ambígua, pois busca conciliar liberdade religiosa e igualdade de crença sem romper totalmente com heranças históricas. Cunha (2016b) demonstra que decisões políticas anteriores, como o veto transversal à LDB, contribuíram para a manutenção de brechas normativas no ensino religioso.

Assim, a análise do ensino religioso nas políticas educacionais evidencia um campo marcado por avanços normativos, mas também por contradições estruturais. A consolidação de um modelo efetivamente laico e plural depende do alinhamento entre legislação, diretrizes curriculares e compromisso político com a educação pública democrática.

Formação Docente e Desafios Contemporâneos do Ensino Religioso

A formação docente constitui um dos principais desafios para a efetivação de um ensino religioso alinhado aos princípios da laicidade e da diversidade. Caron (2010) argumenta que, historicamente, a ausência de políticas específicas para a formação de professores dessa área resultou em práticas improvisadas e, em muitos casos, orientadas por convicções pessoais.

Em certa medida, a fragilidade da formação inicial contribui para a reprodução de abordagens confessionais no espaço escolar. Garutti (2019) identifica que diferentes modelos pedagógicos coexistem na prática docente, nem sempre sustentados por referenciais teóricos consistentes ou por fundamentos das Ciências da Religião.

Caron (2013) destaca que o currículo do ensino religioso deveria dialogar diretamente com as matrizes culturais do povo brasileiro, o que exige professores preparados para lidar com a diversidade simbólica e religiosa presente na sociedade. Tal exigência, contudo, nem sempre é contemplada nos cursos de formação.

Silva (2024) enfatiza que a formação continuada se apresenta como estratégia fundamental para suprir lacunas da formação inicial, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de competências pedagógicas, éticas e interculturais. Ainda assim, essas iniciativas permanecem pontuais e pouco institucionalizadas.

A carência de formação específica impacta diretamente a identidade profissional do docente de ensino religioso. Garutti (2019) observa que muitos professores enfrentam dificuldades para delimitar o caráter pedagógico da disciplina, confundindo-a com práticas catequéticas ou pastorais.

Sob determinadas condições, programas formativos baseados no diálogo inter-religioso podem contribuir para o fortalecimento da prática docente. Cenci e Morgenster (2024) defendem que a formação orientada pelo diálogo amplia a capacidade de mediação cultural e reduz conflitos no ambiente escolar.

No entanto, a implementação dessas propostas formativas encontra obstáculos estruturais, como a ausência de políticas públicas articuladas e o baixo investimento institucional. Caron (2010) alerta que, sem respaldo político, a formação docente tende a permanecer fragmentada e dependente de iniciativas isoladas.

Dessa forma, a formação inicial e continuada de professores de ensino religioso configura-se como condição central para a superação de práticas excludentes. O fortalecimento dessa dimensão requer políticas educacionais consistentes, fundamentação teórica sólida e compromisso com a educação democrática.

Os desafios pedagógicos do ensino religioso na contemporaneidade estão diretamente relacionados ao aumento da diversidade religiosa e cultural nas escolas. Adão (2022) destaca que, em contextos marcados pela pluralidade, o ensino religioso pode atuar como mecanismo de combate à intolerância, desde que orientado por princípios inclusivos.

Entretanto, a prática escolar revela dificuldades na mediação de conflitos e no tratamento equitativo das diferentes tradições religiosas. Matos et al. (2024) apontam que a falta de preparo docente e de diretrizes claras compromete a construção de ambientes educativos verdadeiramente inclusivos.

O pluralismo religioso exige abordagens pedagógicas que ultrapassem a simples exposição de conteúdos. Cenci e Morgenster (2024) defendem o diálogo inter-religioso como estratégia pedagógica capaz de promover reconhecimento mútuo e convivência democrática no espaço escolar.

Ainda assim, Brasil (2023) observa que a herança confessional do ensino religioso continua influenciando práticas e discursos, dificultando a consolidação de uma abordagem laica. Essa permanência revela a complexidade do processo de transformação da disciplina.

Os desafios socioculturais também se manifestam na relação entre ensino religioso e direitos humanos. Adão (2022) argumenta que a disciplina pode contribuir para a promoção da cultura de paz, mas apenas quando desvinculada de práticas proselitistas e excludentes.

Em certa medida, a ausência de consenso sobre a identidade do ensino religioso fragiliza sua legitimidade pedagógica. Santos e Soares (2019) apontam que essa indefinição favorece críticas à disciplina e amplia resistências dentro das próprias comunidades escolares.

Além disso, a mediação intercultural requer competências que vão além do domínio de conteúdos religiosos. Matos et al. (2024) ressaltam a necessidade de articulação entre ensino religioso, inclusão educacional e políticas de diversidade.

MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo caracterizou-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e analítica, voltada à compreensão crítica do ensino religioso no contexto educacional brasileiro. A opção por esse método permitiu examinar a produção acadêmica existente sobre a trajetória histórica, as políticas educacionais, a legislação, a formação docente e os desafios contemporâneos do ensino religioso, possibilitando a articulação entre diferentes perspectivas teóricas e normativas.

O levantamento das fontes foi realizado por meio de buscas sistematizadas em bases de dados científicas nacionais, como SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Utilizaram-se descritores relacionados ao tema, tais como “ensino religioso”, “políticas educacionais”, “laicidade”, “formação docente” e “pluralismo religioso”, combinados de diferentes formas para ampliar o alcance da pesquisa. Foram priorizados artigos científicos, capítulos de livros e documentos oficiais publicados majoritariamente entre 2010 e 2024.

Os critérios de inclusão consideraram a pertinência temática das publicações, a relevância teórica dos autores e a contribuição direta dos estudos para a compreensão do ensino religioso em uma perspectiva laica e plural. Foram excluídos trabalhos de caráter estritamente confessional, relatos sem fundamentação teórica consistente ou produções que não dialogavam com o contexto educacional brasileiro, garantindo maior coerência analítica ao corpus selecionado.

Após a seleção das obras, procedeu-se à leitura exploratória e analítica dos textos, seguida da organização dos dados em eixos temáticos, tais como políticas educacionais, diretrizes curriculares, formação docente e desafios pedagógicos. A análise dos conteúdos baseou-se na identificação de convergências, divergências e lacunas presentes na literatura, possibilitando uma interpretação crítica dos achados e sua articulação com os objetivos do estudo.

Por fim, a sistematização dos resultados ocorreu por meio da síntese interpretativa dos principais aportes teóricos e normativos identificados, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica, com adequada referência às fontes utilizadas. Essa abordagem metodológica permitiu construir uma análise consistente sobre o ensino religioso, evidenciando avanços, limitações e desafios, bem como apontando caminhos para reflexões e investigações futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização dos estudos analisados:

Tabela 1. Síntese dos principais resultados da revisão bibliográfica

Eixo analítico	Principais achados	Referências
Ensino religioso nas políticas educacionais	A inserção do ensino religioso nas políticas públicas evidencia tensões entre laicidade, pluralismo e interesses confessionais, revelando avanços normativos acompanhados de ambiguidades na implementação curricular.	Cunha (2016a; 2016b); Santos e Soares (2019); Brasil (2023)
Ensino religioso e diretrizes curriculares	A presença do ensino religioso em documentos curriculares nacionais, como a BNCC, indica uma tentativa de institucionalização laica e plural, embora persistam disputas conceituais sobre sua identidade pedagógica.	Cunha (2016a); Santos (2021); Brasil (2023)
Formação inicial de professores de ensino religioso	A formação inicial apresenta fragilidades teóricas e metodológicas, o que contribui para a reprodução de práticas confessionais e para a dificuldade de consolidação do ensino religioso como área de conhecimento.	Caron (2010); Garutti (2019); Silva (2024)
Formação continuada e desenvolvimento profissional docente	A formação continuada surge como estratégia fundamental para qualificar práticas pedagógicas, fortalecer competências interculturais e alinhar o ensino religioso aos princípios da laicidade e da diversidade.	Caron (2010); Silva (2024); Cenci e Morgenster (2024)
Desafios pedagógicos do pluralismo religioso	O pluralismo religioso nas escolas exige práticas pedagógicas dialógicas e não proselitistas, capazes de promover reconhecimento das diferenças e convivência democrática entre estudantes.	Adão (2022); Cenci e Morgenster (2024); Matos et al. (2024)
Ensino religioso, inclusão e diversidade	O ensino religioso enfrenta desafios para se articular às políticas de educação inclusiva, sobretudo no que se refere ao respeito às identidades religiosas, culturais e sociais no espaço escolar.	Matos et al. (2024); Santos e Soares (2019)

Ensino religioso como promoção da cultura de paz	Abordagens pedagógicas fundamentadas no diálogo inter-religioso e nos direitos humanos possibilitam que o ensino religioso atue como instrumento de enfrentamento da intolerância religiosa.	Adão (2022); Brasil (2022); Cenci e Morgenster (2024)
Laicidade, Estado e ensino religioso	A laicidade configura-se como princípio estruturante, porém disputado, das políticas educacionais, influenciando diretamente a organização curricular e a prática docente no ensino religioso.	Brasil (2023); Cunha (2016b); Sepulveda (2019)

Fonte: Elaboração própria (2026)

Os resultados evidenciam que a inserção do ensino religioso nas políticas educacionais brasileiras ocorre em um cenário marcado por avanços normativos e persistentes ambiguidades conceituais. Embora documentos oficiais, como a BNCC, indiquem uma orientação voltada à laicidade e ao pluralismo religioso, observa-se que a implementação prática dessas diretrizes varia significativamente entre os sistemas de ensino. Essa heterogeneidade revela que o marco legal, por si só, não é suficiente para assegurar a consolidação de um ensino religioso coerente com os princípios democráticos e com a diversidade cultural presente na sociedade brasileira.

A análise do quadro também demonstra que a identidade pedagógica do ensino religioso permanece em construção, especialmente no que se refere à sua articulação com as diretrizes curriculares nacionais. Em certa medida, a ausência de consensos teóricos e metodológicos contribui para interpretações divergentes sobre os objetivos da disciplina, o que fragiliza sua legitimidade no currículo escolar. Essa indefinição favorece tanto práticas inovadoras e pluralistas quanto a permanência de abordagens confessionais, evidenciando contradições entre o discurso normativo e a realidade escolar.

No que se refere à formação docente, os resultados indicam fragilidades significativas na formação inicial dos professores de ensino religioso. A carência de fundamentação teórica específica e de preparação pedagógica adequada tende a comprometer a mediação didática e a reprodução de práticas alinhadas às Ciências das Religiões. Consequentemente, observa-se a dificuldade de operacionalizar, na prática, princípios como laicidade, diálogo inter-religioso e respeito às diferenças no cotidiano da sala de aula.

A formação continuada emerge, nesse contexto, como um elemento estratégico para a qualificação do ensino religioso. Os dados analisados sugerem que iniciativas formativas voltadas ao desenvolvimento de competências interculturais e à reflexão crítica sobre a prática docente contribuem para a superação parcial das limitações da formação inicial. Contudo, tais ações ainda se apresentam de forma pontual e pouco articulada às políticas educacionais, o que limita seu impacto estrutural nos sistemas de ensino.

Outro resultado relevante diz respeito aos desafios pedagógicos associados ao pluralismo religioso e à inclusão. O quadro evidencia que o ensino religioso enfrenta dificuldades para lidar com a diversidade de crenças, identidades e experiências religiosas presentes no espaço escolar, especialmente quando inexitem diretrizes claras e suporte institucional. Em determinados contextos, essas fragilidades resultam em conflitos, exclusões simbólicas ou silenciamentos, comprometendo o potencial educativo da disciplina.

Por fim, os resultados apontam que, apesar dos desafios identificados, o ensino religioso apresenta potencial significativo para a promoção da cultura de paz e do enfrentamento da intolerância religiosa. Quando fundamentado em abordagens dialógicas, laicas e alinhadas aos direitos humanos, o ensino religioso pode contribuir para a formação ética dos estudantes e para o fortalecimento da convivência democrática. No entanto, a efetivação desse potencial depende do alinhamento entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas consistentes.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a pergunta-problema proposta neste estudo foi devidamente respondida, uma vez que a análise da literatura permitiu compreender como o ensino religioso tem sido historicamente constituído, regulamentado e operacionalizado no contexto educacional brasileiro, evidenciando seus avanços e contradições.

13

Os resultados demonstraram que, embora haja marcos legais e diretrizes curriculares que orientem o ensino religioso sob a perspectiva da laicidade e do pluralismo, persistem desafios relacionados à sua implementação prática, à formação docente e à consolidação de uma identidade pedagógica coerente. Nesse sentido, os objetivos específicos foram contemplados, ao possibilitar a compreensão da trajetória histórica do ensino religioso, a análise de sua inserção nas políticas educacionais e a identificação dos principais desafios pedagógicos e socioculturais que permeiam essa área do conhecimento.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem a prática do ensino religioso em diferentes redes e contextos escolares, de modo a aprofundar a compreensão das formas concretas de implementação das diretrizes legais e curriculares. Ademais, estudos comparativos entre modelos de formação docente, bem como análises que articulem o ensino religioso às políticas de educação inclusiva e aos direitos

humanos, podem contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais críticas, democráticas e alinhadas à diversidade religiosa e cultural da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ADÃO, C. O ensino religioso como um mecanismo de combate à intolerância religiosa no Brasil. CPAH, v. 5, n. 2, p. 293–305, 2022.

BARBOSA, R. A prática de ensino religioso não confessional nas abordagens da Revista *Diálogo*. *Revista Relegens Thréskeia*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 71–85, 2013.

BRASIL, T. Ensino religioso no Brasil: da confessionalidade à laicidade? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, n. 119, 2023.

BRASIL, T. O ensino religioso na educação integral. *Educação*, v. 45, n. 1, e38054, 2022.

CARON, L. O currículo do ensino religioso e as matrizes culturais do povo brasileiro. *Revista Relegens Thréskeia*, v. 2, n. 1, p. 52–67, 2013.

CARON, L. Políticas e práticas de formação de professores de ensino religioso: desafios, avanços e perspectivas. *Revista Pistis Praxis*, v. 2, n. 2, p. 269–285, 2010.

CECCHETTI, E.; SANTOS, A. O ensino religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 38, n. 2, p. 131–142, 2016.

CENCI, M.; MORGENSTER, J. Diálogo inter-religioso para o ensino religioso em uma sociedade plural. *Revista Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 8, e6780, 2024.

CUNHA, L. A entronização do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 134, p. 266–284, 2016a.

CUNHA, L. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 925–941, 2013.

CUNHA, L. O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 3, p. 681–696, 2016b.

GARUTTI, S. Três modelos pedagógicos para o ensino religioso escolar. *Religare*, v. 16, n. 1, p. 207–227, 2019.

GIUMBELLI, E. Ensino religioso e assistência religiosa no Rio Grande do Sul: quadros exploratórios. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 299–317, 2011.

JUNQUEIRA, S. Uma ciência como referência: uma conquista para o ensino religioso. *Rever – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 10–28, 2015.

JUNQUEIRA, S.; RODRIGUES, E. A identidade do ensino religioso no contexto da laicidade. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. 101–121, 2010.

MARTINS, J. As práticas proselitistas na execução da docência em ensino religioso: por que isso ainda acontece? *Revista Intersaberes*, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 643–659, 2015.

MATOS, A. et al. O ensino religioso no Brasil e os desafios para a educação inclusiva. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 22, n. 8, e6285, 2024.

MENDES, S. Ensino religioso, pastoral e catequese: proximidades, distâncias e desafios. *Revista de Educação ANEC*, Brasília, v. 45, n. 158, p. 28–44, 2019.

RODRIGUES, E. A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 149–168, 2013.

SANTOS, M.; SOARES, F. O ensino religioso e as políticas públicas educacionais: enfoques na contemporaneidade. *Religare*, v. 15, n. 1, p. 75–96, 2019.

SELLES, S.; DORVILLÉ, L.; PONTUAL, L. Ensino religioso nas escolas estaduais do Rio de Janeiro: implicações para o ensino de ciências/biologia. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 22, n. 4, p. 875–894, 2016.

SEPULVEDA, J. A laicidade como objeto de produção intelectual. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 5, n. 2, p. 184–200, 2019.

SILVA, K. Propostas para a formação docente no ensino religioso. *Revista Foco*, v. 17, n. 5, e5170, 2024.